

Nos casos em que os elementos referidos supra se encontrem preenchidos, a decisão sobre um pedido de reconhecimento de nível dos graus de licenciado e de mestre tem de ser baseada em decisão precedente, sendo competente para a decisão o Vice-Reitor para o Desenvolvimento Institucional, não havendo lugar à constituição de júri.

312339632

### Edital n.º 790/2019

Doutor Rui Vieira de Castro, Professor Catedrático e Reitor da Universidade do Minho, faz saber que, pelo prazo de trinta dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de 1 (um) posto de trabalho de Professor Auxiliar na área disciplinar de Ciências Jurídicas Políticas da Escola de Direito, desta Universidade.

O presente concurso, aberto por despacho de 9 de maio de 2019, do Reitor da Universidade do Minho, rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, e pela demais legislação e normas regulamentares aplicáveis, designadamente pelo Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores da Carreira Docente Universitária na Universidade do Minho, adiante designado por Regulamento, aprovado por despacho reitoral n.º 17945/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 30 de novembro de 2010.

1 — Requisitos de admissão

1.1 — Constitui requisito de admissão ao concurso, em conformidade com o que determina o artigo 41.º-A do ECDU ser titular do grau de doutor.

1.2 — Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de estar reconhecido em Portugal, nos termos previstos na legislação para o efeito aplicável.

1.3 — Esta formalidade tem de estar cumprida até à data do termo do prazo para a candidatura.

2 — Formalização das candidaturas

2.1 — As candidaturas são apresentadas através de requerimento dirigido ao Reitor da Universidade do Minho, nos seguintes termos e condições, conforme modelo anexo.

2.2 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

a) Dois exemplares em papel do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, e um exemplar em formato digital do referido *curriculum vitae*.

b) Dois exemplares dos trabalhos selecionados pelo candidato como mais representativos, sendo um em papel e outro em formato digital; não estando disponível o formato digital, este poderá ser substituído pela entrega em papel de um número de exemplares correspondente ao número de membros do júri;

c) Certificado que comprove a titularidade e a data de obtenção do grau exigido para o concurso e, nos casos aplicáveis, o reconhecimento do referido grau nos termos previstos nos pontos 1.2 e 1.3 do presente edital;

d) Certificado do registo criminal;

e) Atestado comprovativo da robustez física e do perfil psíquico, indispensáveis ao exercício das funções;

f) Boletim de vacinação obrigatória atualizado.

2.3 — Os documentos a que aludem as alíneas d) a f) do número anterior podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o candidato deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

2.4 — Os candidatos pertencentes à Universidade do Minho ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do seu processo individual.

2.5 — O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo dos documentos referidos nas alíneas a) a f) do n.º 2.2 deste edital, de entrega obrigatória, determinam a exclusão da candidatura.

2.6 — O requerimento e os restantes documentos de candidatura poderão ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa, pessoalmente ou através de correio registado, na Divisão Académica da Reitoria da Universidade do Minho, no 2.º andar do Complexo Pedagógico II do *Campus* de Gualtar, Braga (C.P. 4710-057 Braga).

3 — Júri do concurso

3.1 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente: Reitor da Universidade do Minho

Vogais:

Doutora Maria José Reis Rangel Mesquita, Professora Associada, com Agregação, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutora Helena Pereira de Melo, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

Doutora Maria Luísa Alves da Silva Neto Teixeira Botelho, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade do Porto;

Doutora Constança Urbano de Sousa, Professora Associada do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

Doutor António-Carlos Pereira-Menaut, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela.

3.2 — As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros do júri presentes à reunião, não sendo permitidas abstenções.

4 — Admissão e exclusão de candidaturas

A admissão e exclusão de candidaturas e a notificação dos candidatos excluídos, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, processam-se em conformidade com o previsto no artigo 26.º do Regulamento.

5 — Método e critérios de seleção

5.1 — O método de seleção é a avaliação curricular, através da qual se visa avaliar o desempenho científico e a capacidade pedagógica na área disciplinar para que foi aberto o concurso, assim como o desempenho noutras atividades relevantes para a missão da Universidade.

5.2 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados os seguintes critérios, de acordo com as exigências das funções correspondentes à categoria a que respeita o presente concurso:

a) O desempenho científico do candidato na área disciplinar do concurso;

b) A capacidade pedagógica do candidato na área disciplinar do concurso;

c) Outras atividades relevantes para a missão da Universidade que hajam sido desenvolvidas pelo candidato.

5.3 — Aos critérios enunciados no número anterior são atribuídos os seguintes fatores de ponderação:

a) Desempenho científico: 45 %;

b) Capacidade pedagógica: 40 %;

c) Outras atividades relevantes: 15 %.

6 — Parâmetros de avaliação

6.1 — Na aplicação dos critérios referidos no artigo anterior são avaliados os seguintes parâmetros, aos quais são atribuídos os fatores de ponderação indicados:

6.1.1 — Desempenho científico

Produção científica, sendo fator de valorização a apresentação de um trabalho inédito, com o limite máximo de 10.000 palavras sobre o ensino das disciplinas das ciências jurídicas políticas no âmbito do curso de direito;

Reconhecimento pela comunidade e sociedade em geral, designadamente o reconhecimento que é dado às publicações pela comunidade científica traduzido, de um modo especial, na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhes são feitas pela doutrina e jurisprudência e na avaliação da capacidade de intervenção na comunidade científica expressa, nomeadamente, através da intervenção ativa em eventos científicos (palestras, seminários, colóquios, conferências, sessões de estudo, cursos breves, entre outros);

Coordenação e participação em projetos científicos e de criação cultural; coordenação, liderança e dinamização da atividade de investigação, designadamente participação em centros de investigação e revistas científicas.

6.1.2 — Capacidade pedagógica

Atividades letivas em instituições de ensino superior na área disciplinar em causa, sendo fator de valorização a experiência letiva no curso de direito;

Desempenho pedagógico;

Inovação e valorização pedagógicas;

Produção de material pedagógico;

Coordenação e participação em projetos pedagógicos;

Acompanhamento e orientação de estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento.

6.1.3 — Outras atividades relevantes

Prestação de serviços, institucionalmente autorizados e enquadrados, à comunidade científica e educacional e à sociedade em geral;

Ações e publicações de divulgação científica;

Atividades de avaliação de natureza académica, no âmbito de provas e concursos académicos, profissionais e científicos;

Participação em atividades de gestão em instituições de ensino superior ou de investigação, associações e sociedades científicas relevantes ou outras entidades de carácter científico ou cultural que desenvolvam atividades no âmbito da missão das anteriores;

Participação em atividades oficiais académicas de cooperação institucional, nacional e internacional.

6.2 — Os pesos associados aos critérios e parâmetros de avaliação são os indicados na tabela seguinte:

Critério	Peso (%)	Parâmetros	Peso (%)
Desempenho científico.	45	Produção científica . . . . .	50
		Apresentação de trabalho inédito	20
		Reconhecimento pela comunidade e sociedade em geral.	10
		Coordenação e participação em projetos científicos e de criação cultural.	10
		Coordenação, liderança e dinamização da atividade de investigação.	10
Capacidade pedagógica.	40	Atividades letivas em instituições de ensino superior.	55
		Experiência letiva em cursos de criminologia.	10
		Desempenho pedagógico . . . . .	5
		Inovação e valorização pedagógicas	5
		Produção de material pedagógico	5
		Coordenação e participação em projetos pedagógicos.	5
		Acompanhamento e orientação de estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento.	15
		Prestação de serviços . . . . .	5
Outras atividades relevantes.	15	Ações e publicações de divulgação científica.	5
		Atividades de avaliação de natureza académica.	70
		Atividades de gestão . . . . .	5
		Atividades oficiais académicas . . .	15

6.3 — A classificação final é obtida através da média ponderada dos critérios de seleção *a)*, *b)* e *c)*.

7 — Avaliação e seleção

7.1 — Finda a fase de admissão ao concurso, o júri dá início à apreciação das candidaturas, tendo em conta os critérios e os parâmetros constantes do presente edital.

7.2 — O júri delibera sobre a aprovação em mérito absoluto, com base no mérito do currículo global dos candidatos na área disciplinar para que foi aberto o concurso e que tenham, pelo menos, 10 publicações científicas nessa área.

7.3 — No caso de não aprovação em mérito absoluto, o júri procede à audiência prévia dos candidatos excluídos que, querendo, se podem pronunciar no prazo de dez dias, aplicando-se o referido nos números 3 a 7 do artigo 26.º do Regulamento.

7.4 — O júri procede, de seguida, à avaliação dos candidatos aprovados em mérito absoluto, considerando os critérios e parâmetros de avaliação, bem como os fatores de ponderação, constantes do presente edital.

7.5 — A classificação final dos candidatos é expressa na escala numérica de 0 a 100.

8 — Documentação complementar

Sempre que considere necessário, o júri solicita aos candidatos documentação complementar relacionada com o *curriculum vitae* apresentado, nos termos e condições previstos no artigo 28.º do Regulamento.

9 — Ordenação e metodologia de votação

9.1 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos critérios e parâmetros de avaliação e correspondentes fatores de ponderação constantes do presente edital.

9.2 — Antes de se iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexo à ata, com a ordenação dos candidatos, devidamente fundamentada, considerando para o efeito o referido no número anterior.

9.3 — Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo admitidas abstenções.

9.4 — O júri utilizará a seguinte metodologia de votação, para a formação da maioria absoluta na ordenação final dos candidatos:

A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar. No caso de um candidato obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica colocado em primeiro lugar. Se tal não acontecer, repete-se a votação, apenas entre os candidatos que obtiveram votos para o primeiro lugar, depois de retirado o candidato menos votado na primeira votação.

No caso de ter havido empate entre dois ou mais candidatos na posição de menos votado, e houver pelo menos um que não ficou nessa posição, faz-se uma votação apenas sobre esses candidatos que ficaram em último, para os desempatar. Se nesta votação restrita o empate persistir em relação ao mesmo conjunto de elementos, o Presidente do júri decide qual o candidato a eliminar. Se o empate persistir, mas em relação a um conjunto diferente de candidatos, repete-se, nesse caso, o processo de desempate. O processo repete-se até um candidato obter mais de metade dos votos para o primeiro lugar. Retirado esse candidato, repete-se todo o processo para o segundo lugar, e assim sucessivamente, até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos admitidos.

9.5 — Quando o Presidente do Júri for da área científica para o qual é aberto o concurso vota e em caso de empate, considera-se automaticamente desempatada a votação de acordo com o sentido de voto do presidente, nos termos alínea *a)* n.º 2 do art. 50.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU). Quando não for da área científica do concurso, só vota, em caso de empate, utilizando o seguinte critério de desempate: vence o candidato que tiver concluído o doutoramento há mais tempo; mantendo-se o empate, será considerada o candidato com mais tempo de serviço na carreira docente universitária.

10 — Participação dos interessados e decisão

10.1 — O projeto de ordenação final é notificado aos candidatos, para efeitos de realização da audiência dos interessados, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 26.º do Regulamento.

10.2 — Realizada a audiência dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e aprova a lista de ordenação final dos candidatos.

11 — Prazo de decisão final

11.1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o prazo de proferimento da decisão final do júri não pode ser superior a noventa dias seguidos, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas.

11.2 — O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado quando o elevado número de candidatos e/ou a especial complexidade do concurso o justifique.

12 — Publicação do edital do concurso

Para além da publicação na 2.ª série do *Diário da República*, o presente edital é também publicado:

*a)* Na Bolsa de Emprego Público;

*b)* No sítio da internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa;

*c)* No sítio da internet da Universidade do Minho, nas línguas portuguesa e inglesa.

13 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 de maio de 2019. — O Reitor, *Rui Vieira de Castro*.

ANEXO

### Requerimento

Ex.º Senhor

Reitor da Universidade do Minho

Nome [...], data de nascimento [...], titular do cartão do cidadão n.º [...], residente em [...], Código Postal [...], telemóvel n.º [...], endereço de correio eletrónico [...], habilitações literárias [...], em exercício de funções em \_\_\_\_\_, na carreira e categoria de \_\_\_\_\_ (indicar quando aplicável) vem requerer a V. Ex.ª se digne aceitar a sua candidatura ao concurso de âmbito internacional para recrutamento de um (1) lugar de Professor \_\_\_\_\_ (Categoria) na(s) área(s) de \_\_\_\_\_, conforme Edital publicado no *Diário da República* n.º \_\_, 2.ª série, de \_\_/\_\_/\_\_, com a REF.ª [...].

O/A candidato(a) declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes do presente requerimento.

Mais declara que concorda/não concorda em receber por via de correio eletrónico as comunicações e notificações decorrentes do concurso documental.

Junta os seguintes documentos: xxx

Permissão Dados Pessoais:

Nome

Sexo

Data de Nascimento

Nacionalidade  
Telemóvel  
N.º Documento de Identificação  
Data da Validade do Documento de Identificação  
Número de Identificação Fiscal  
Morada da Residência Permanente  
Email

Consinto que os dados pessoais acima descritos sejam recolhidos pela Universidade do Minho com a finalidade de gestão dos procedimentos administrativos necessários à análise e publicação dos resultados da candidatura, instrução de pedidos apresentados pelo candidato à UMinho, processos administrativos internos de ordem financeira, criação de identidade eletrónica pessoal e elaboração de relatórios estatísticos.

(Local e data)

(Assinatura)

312336416

## Escola de Economia e Gestão

### Despacho n.º 5920/2019

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 35.º, n.º 2 dos Estatutos da Escola de Economia e Gestão, publicados no *Diário da República* (2.ª série), n.º 25, de 5 de fevereiro de 2019, tendo em conta a necessidade de uma maior flexibilidade de funcionamento do órgão, o Conselho de Departamento do Departamento de Gestão da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, reunido a 13 de fevereiro de 2019, deliberou, por unanimidade, delegar na Comissão Coordenadora do Departamento de Gestão, as seguintes competências previstas nas alíneas *f)*, *i)*, *k)* e *l)* do artigo 35.º, n.º 1 dos referidos Estatutos:

- «*f)* Propor os planos e programas de formação do pessoal docente afeto ao Departamento;
- i)* Propor ao Conselho Científico a composição dos júris para as provas académicas e concursos no âmbito do Departamento;
- k)* Emitir parecer, quando necessário, sobre a admissão de candidatos ao doutoramento;
- l)* Propor a contratação do pessoal docente convidado do Departamento.»

2 — A presente delegação de competências considera-se efetuada sem prejuízo dos poderes de avocação e de revogação dos atos praticados pelo delegado e produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, considerando-se ratificados os atos entretanto praticados nas matérias agora delegadas.

13 de fevereiro de 2019. — A Diretora do Departamento de Gestão, *Carolina Feliciano Sá Cunha Machado*, professora associada.

312334545

### Despacho n.º 5921/2019

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 35.º, n.º 2 dos Estatutos da Escola de Economia e Gestão, publicados no *Diário da República* (2.ª série), n.º 25, de 5 de fevereiro de 2019, tendo em conta a necessidade de uma maior flexibilidade de funcionamento do órgão, o Conselho de Departamento do Departamento de Economia da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, reunido a 13 de fevereiro de 2019, deliberou, por unanimidade, delegar na Comissão Coordenadora do Departamento de Economia, as seguintes competências previstas nas alíneas *i)* e *k)* do artigo 35.º, n.º 1 dos referidos Estatutos, a saber:

- «*i)* Propor ao Conselho Científico a composição dos júris para as provas académicas e concursos para recrutamento de professor catedrático e de professor associado no âmbito do Departamento;
- k)* Emitir parecer, quando necessário, sobre a admissão de candidatos ao doutoramento.»

2 — A presente delegação de competências considera-se efetuada sem prejuízo dos poderes de avocação e de revogação dos atos praticados pelo delegado e produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, considerando-se ratificados os atos entretanto praticados nas matérias agora delegadas.

13 de fevereiro de 2019. — A Diretora do Departamento de Economia, *Rosa Branca Silva Vilas-Boas Esteves*, professora associada.

312334504

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

### Despacho (extrato) n.º 5922/2019

Por despacho do Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Beja de 22 de fevereiro de 2019:

Isabel Maria Rodrigues Mascarenhas — autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para o Instituto Politécnico de Beja, como assistente convidado, em regime de tempo parcial de 25 %, com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 100, com início a 25 de fevereiro de 2019 e termo a 31 de julho de 2019.

23 de maio de 2019. — O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Beja, *João Alberto Leal*.

312327044

### Despacho (extrato) n.º 5923/2019

Por despacho do Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Beja de 22 de fevereiro de 2019:

Emília de Jesus Antunes Ferreira Duro — autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para o Instituto Politécnico de Beja, como professor adjunto convidado, em regime de acumulação de 20 %, com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 185, com início a 26 de fevereiro de 2019 e termo a 31 de julho de 2019.

23 de maio de 2019. — O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Beja, *João Alberto Leal*.

312327182

### Despacho (extrato) n.º 5924/2019

Por despacho do Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Beja de 22 de fevereiro de 2019:

João Carlos Jacinto do Espírito Santo — autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para o Instituto Politécnico de Beja, como assistente convidado, em regime de tempo parcial de 20 %, com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 100, com início a 25 de fevereiro de 2019 e termo a 31 de julho de 2019.

23 de maio de 2019. — O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Beja, *João Alberto Leal*.

312327133

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

### Aviso (extrato) n.º 10613/2019

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, datado de 4 de junho de 2019, foi homologada a lista de classificação e ordenação final, respeitante ao procedimento concursal, comum para recrutamento de 1 (um) lugar de Assistente Operacional para a atividade de motorista, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para o Instituto Politécnico de Bragança, aberto por Aviso n.º 560/2019 de 8 de janeiro, registado na Bolsa de Emprego Público sob a referência OE201901/0153, publicado no Portal do IPB, para a comunidade.

Ordem	Nome	CF
1.º	Carlos Alberto Santos Félix . . . . .	18,19 valores
2.º	Vitor dos Anjos Afonso . . . . .	15,12 valores
3.º	Joaquim Daniel da Eira Ribeiro. . . . .	14,44 valores

5 de junho de 2019. — A Administradora do Instituto Politécnico, *Elisabete Vicente Madeira*.

312359486

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

### Despacho n.º 5925/2019

Sob proposta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria;